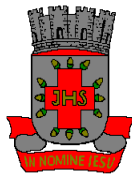




DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus - BA | Poder LEGISLATIVO | Edição Nº 1087 | Segunda, 30/09/2024



PODER LEGISLATIVO Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de Jesus

Estado da Bahia

TERMO DE REFERÊNCIA

1. FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. Objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, integralmente, na Lei de nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 277, de 29 de agosto de 2023.

2. DO OBJETO:

2.1. Contratação da aquisição de equipamentos de informática, nas condições, quantitativos, especificações relacionadas abaixo e detalhados no Termo de Referência, nos moldes do Artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL MÉDIO (R\$)
01	TABLET Velocidade do Processador 2.2 GHz, 1.8GHz; Memória RAM:4GB; Armazenamento Interno: 64GB; Câmera Traseira: 8MP F2.0; Câmera Frontal: 2MP F2.0; Tamanho da Tela: 8"; Resolução da Tela: WXGA+ (800x1370); Tecnologia: 4G; Conexões: USB 2.0, Tipo C, Micro SD até 1TB;Conectividade: Bluetooth, Wi-Fi, VHT80; Capacidade da Bateria: 5.100mAh; Garantia: 12 meses	und	01	1.902,33	1.902,33
02	NOTEBOOK Processador 3.3GHz, Número de núcleos: 6, threads: 8, cache:10MB; Memória RAM: 8GB DDR4-3200; Capacidade de disco SSD: 256 GB; Resolução da tela: HD (1366x768) Antirreflexo; Tamanho da tela: 15.6 "; Placa de Vídeo: integrada; Sistema operacional: Windows; Bateria Polímero de lítio de 3 células 42 Wh; Dispositivo Apontador: Touchpad; Teclado: Português (ABNT2); Conectividade Wireless 802.11 2x2 AC & Bluetooth 5.1; Garantia: 12 meses	und	01	3.096,00	3.096,00

2.2 O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias.



DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus - BA | Poder LEGISLATIVO | Edição Nº 1087 | Segunda, 30/09/2024



PODER LEGISLATIVO Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de Jesus

Estado da Bahia

2.3 O custo estimado total da aquisição é de R\$ 4.998,33 (Quatro Mil Novecentos e Noventa e Oito Reais e Trinta e Três Centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2.4 A estimativa de preços foi precedida de regular pesquisa, nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/21 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. Justifica-se a presente aquisição em razão da necessidade da Câmara Municipal buscar fortalecer a estrutura tecnológica, haja vista que a aquisição proposta neste Termo de Referência promoverá a substituição de Notebook e Tablet que compõem o parque tecnológico deste Câmara Municipal, os quais se encontram defasados e descontinuados, bem como para atender novas demandas de usuários e suportar os sistemas operacionais e sistemas integrados inerentes aos serviços internos diários.

4 - FORMA DE PAGAMENTO:

4.1 - O pagamento será efetuado à medida que o serviço for sendo prestado, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** a contar, ainda, de sua aceitação definitiva pela Câmara Municipal e da entrega da correspondente **nota fiscal**.

4.1.1 - A nota fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente com as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias.

4.2 - O pagamento à CONTRATADA não será efetivado caso esta não encaminhe à Câmara Municipal a nota fiscal (corretamente preenchida).

4.3 - A Câmara Municipal, identificando quaisquer divergências na nota fiscal, especialmente no que tange a preços e quantitativos, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, reabrindo-se o prazo de 10 (dez) dias úteis citado no subitem 4.1 a partir da data de apresentação da nova nota fiscal corrigida dos vícios apontados.

5 - FISCALIZAÇÃO:

5.1 - As irregularidades constatadas pelo órgão requisitante deverão ser comunicadas à Presidência da Câmara, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las, ou quando for o caso, aplicar as penalidades previstas.

6 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

2



DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus - BA | Poder LEGISLATIVO | Edição Nº 1087 | Segunda, 30/09/2024



PODER LEGISLATIVO Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de Jesus

Estado da Bahia

6.1-Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.1 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:

6.2-moratória de 2% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

6.3-moratória de 2% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10%, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

6.4-O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

6.5-compensatória de 10 % sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do

3



DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus - BA | Poder LEGISLATIVO | Edição Nº 1087 | Segunda, 30/09/2024



PODER LEGISLATIVO Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de Jesus

Estado da Bahia

objeto.

6.6-A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.7-Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.8-Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.9- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.10-Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.11-A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.12-Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7 - DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA:

7.1. - As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

I-UNIDADE: 01- CAMARA MUNICIPAL

II -PROJETO/ATIVIDADE: 2001 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. LEGISLATIVAS E DOS SERV. ADMINISTRATIVOS

III- ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.9.0.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

IV-FONTE: 15000000– RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

4



DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus - BA | Poder LEGISLATIVO | Edição Nº 1087 | Segunda, 30/09/2024



PODER LEGISLATIVO Câmara dos Vereadores de Santo Antônio de Jesus

Estado da Bahia

8- HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 8.1- Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
- 8.2- Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG);
- 8.3- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
- 8.4- Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 8.5 -Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- 8.6 -Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- 8.7- Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
- 8.8- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 8.9-Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da **apresentação de no mínimo 1 (um) atestado (s)**, fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS:

9.1 -Por fim, solicitamos a referida contratação, na forma da lei, nos exatos termos do artigo 75, incisos II da Lei 14.133/2021.

9.2- A despesa deverá atender às exigências e rotinas previstas nas diversas normas e legislações que regem a Administração Pública, em especial as seguintes disposições contidas na:

- a) Lei Federal 14.133/2021;
- b) Resoluções do TCM/BA.

Atenciosamente.

Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus/BA, 30 de setembro de 2024.

Fernanda Fonseca da Conceição
Diretora Administrativa



DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus - BA | Poder LEGISLATIVO | Edição Nº 1087 | Segunda, 30/09/2024

BA - LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2023 A AGOSTO/2024 - 2º Quadrimestre - 2024
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")



Em Reais

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS												TOTAL (ULT. 12 M.) (a)	INSCRIT. AS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESS.
	Últimos 12 Meses													
	LIQUIDADAS													
	09/2023	10/2023	11/2023	12/2023	01/2024	02/2024	03/2024	04/2024	05/2024	06/2024	07/2024	08/2024		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	657.824,31	652.044,67	663.557,35	1.121.719,09	577.342,74	662.686,67	608.209,62	563.208,46	687.303,66	840.491,17	625.403,08	645.869,50	8.305.760,32	-
Pessoal Ativo	619.570,71	613.791,07	618.703,75	1.072.451,89	533.685,72	619.029,65	564.552,60	514.173,44	638.168,64	791.356,15	576.268,06	596.734,48	7.758.486,16	-
Vencimentos, Vantagens e Out ras Despesas	513.988,88	508.599,58	512.454,91	857.845,80	533.685,72	526.689,47	518.947,35	514.173,44	526.432,07	764.490,31	529.208,10	548.105,38	6.854.621,01	-
Obrigações Patronais	105.581,83	105.191,49	106.248,84	214.606,09	-	92.340,18	45.005,25	-	111.736,57	26.865,84	47.059,96	48.629,10	903.865,15	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(§ 1º do art.18 da LRF)	38.253,60	38.253,60	44.853,60	49.267,20	43.657,02	43.657,02	43.657,02	49.135,02	49.135,02	49.135,02	49.135,02	49.135,02	547.274,16	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	657.824,31	652.044,67	663.557,35	1.121.719,09	577.342,74	662.686,67	608.209,62	563.208,46	687.303,66	840.491,17	625.403,08	645.869,50	8.305.760,32	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL												% SOBRE A RCL AJUSTADA		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													396.827.033,03	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)													600.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas coletivas (V) (§ 13, art. 166 da CF)													10.510.568,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)													385.716.465,03	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)													8.305.760,32	2,15%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													23.142.987,90	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													21.985.838,51	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													20.828.689,11	5,40%



DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus - BA | Poder LEGISLATIVO | Edição Nº 1087 | Segunda, 30/09/2024

FONTE: Sistema: Sistema CONTÁBIL, Unidade-Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

FRANCISCO DE ASSIS LIMA DAMASCENO
Presidente
Matrícula: 517

DIEGO OLIVEIRA PEIXOTO
Tesoreroiro
Matrícula: 543

MARCELO SOUZA MASCARENHAS
Contador
CRC-BA N.º 39824/0-6